

TRAJETÓRIAS DE EXCLUSÃO: UM ESTUDO SOBRE JOVENS E ADULTOS EM PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Mônica Pereira*

Ester Buffa**

RESUMO

O presente artigo tem por objetivos apresentar as trajetórias escolares de jovens e adultos em processo de alfabetização, identificando os principais fatores que dificultaram o acesso à escola na idade escolar e compreender os condicionantes que implicaram o retorno aos estudos na idade adulta. A pesquisa possui como aporte teórico os estudos de Pierre Bourdieu, sendo utilizadas como principais categorias de análise para a pesquisa os conceitos de capital cultural, capital econômico, capital social e *habitus*. Os resultados apresentados neste artigo estão inseridos em uma pesquisa mais ampla sobre os fatores condicionantes da exclusão escolar e as expectativas educacionais de jovens e adultos em processo de alfabetização matriculados em um projeto de alfabetização no município de Araraquara/SP entre os anos de 2009-2010. O estudo apresentado neste artigo permite a identificação de fatores internos e externos à escola que interferiram e ainda interferem diretamente nas trajetórias escolares dos sujeitos investigados e aponta para um novo fator de exclusão escolar relacionado à baixa qualidade do ensino.

Palavras-chave: Alfabetização de Jovens e Adultos. Trajetórias escolares. Capital cultural.

EXCLUSION TRAJECTORIES: A STUDY ON THE LITERACY PROCESS OF YOUTH AND ADULTS

ABSTRACT

The aim of this article is to present school trajectories applied towards both young adult and adult literacy programmes in schools, pointing out the main factors which contributed to these individuals having no access to education and the reasons why they went back to school at a later stage in their lives. The project is supported by Pierre Bourdieu's studies, using as the main source of analysis the concepts of cultural capital, economic capital, social capital and *habitus*. Results from this project were inserted in a wider research about the the major determinants for the education exclusion and the educational expectations of both young adult and adult students enrolled in the literacy programme in Araraquara city, São Paulo state, Brazil, during the years 2009 to 2010. The study described in this article identifies the internal and external factors which interfered and still interfere directly with the school trajectories of the investigated individuals and their education exclusion related to the low quality of education.

Keywords: Youth and adult education. School trajectories. Cultural capital.

Introdução

Os dados apresentados nesse artigo resultam de uma investigação realizada entre os anos de 2009-2010 com jovens e adultos em processo de alfabetização, matriculados no principal projeto de alfabetização da cidade de Araraquara, interior do estado de São Paulo. A pesquisa teve como objetivo investigar os condicionantes culturais, econômicos e sociais

que influenciaram as trajetórias escolares do grupo estudado, determinando o não acesso ou a pouca permanência escolar na idade regular de ensino, assim como os fatores que motivaram o retorno à escola na idade adulta.

Como principal aporte teórico para a análise dos dados foram utilizados os estudos de Pierre Bourdieu, um dos mais importantes sociólogos da contemporaneidade, assim como outros importantes autores brasileiros, como Maria Alice Nogueira e Nadir Zago, que estudam a realidade nacional a partir das ideias e conceitos do autor. Os estudos de Bourdieu contribuem para o entendimento de que as estruturas sociais conduzem as ações individuais e tendem a se reproduzir por meio delas, mas deve-se ressaltar que não se trata de um processo rígido ou mecânico. Seguindo as ideias do autor, cada indivíduo possui uma bagagem “socialmente herdada” que consiste em um sistema específico de ação transmitida ao indivíduo na forma de *habitus*.

O conceito de *habitus* é apresentado por Bourdieu (1994) como um sistema de disposições duráveis estruturadas a partir do meio social em que o sujeito está inserido. Nesse sentido, os gostos pessoais, as posturas corporais, o modo de se vestir, as aspirações de futuro, entre outros, seriam socialmente produzidas a partir das trajetórias dos indivíduos, por meio da internalização das influências sociais. O *habitus* possui suas raízes fundamentadas na noção aristotélica de *hexis* significando “um estado adquirido firmemente estabelecido do caráter moral que orienta nossos sentimentos e desejos em uma situação e, como tal, a nossa conduta.” (WACQUANT, 2007, p. 65).

A herança social também é contemplada pelos componentes objetivos, internos e externos ao sujeito, que podem estar relacionados, por exemplo, aos elementos transmitidos pela família. Nesse sentido, o autor apresenta o capital (cultural, econômico e social) como instrumento de acumulação. Dessa maneira, faz parte dessa herança individual o capital cultural em seus três estados: incorporado, objetivado e institucionalizado; o capital econômico, que favorece o acesso aos bens e serviços; e o capital social, que é determinado pelas relações sociais.

O capital cultural é definido por Bourdieu (1998) como um dos elementos da herança familiar que teria o maior impacto na trajetória escolar dos sujeitos. De acordo com o autor, o capital cultural, sobretudo no estado incorporado, pode beneficiar o desempenho escolar do aluno, na medida que favorece a aprendizagem dos conteúdos veiculados pela escola.

O capital cultural é constituído por três estados diferentes, definidos pelo autor como: *Incorporado*: composto pelos saberes transmitidos de maneira informal, que podem estabelecer os gostos, a maneira de falar, as atitudes, entre outros. Sua incorporação pode ocorrer de forma inconsciente e dissimulada, diferente da transmissão material do capital econômico, sendo uma propriedade que se torna parte integrante de um indivíduo, um *habitus* (BOURDIEU, 1998); *Objetivado*: estabelecido na forma de bens culturais (livros, quadros, etc.), consiste na aquisição material desses bens, o que não garante a sua real apropriação; *Institucionalizado*: determinado pelos títulos escolares ou certificados como uma espécie de comprovação de competência ou conhecimento.

A partir do referencial teórico indicado buscamos compreender, também, as questões relacionadas à alfabetização, um tema de grande importância política e social no Brasil. O analfabetismo no país é marcado por uma longa história de opressão, de desigualdades de direitos, de oportunidades e pela exclusão. De acordo com os estudos de Arroyo (2005):

[...] além de alunos ou jovens evadidos ou excluídos da escola, antes que portadores de trajetórias escolares truncadas, eles carregam trajetórias

perversas de exclusão social, vivenciam trajetórias de negação dos direitos mais básicos à vida, ao afeto, à alimentação, à moradia, ao trabalho e à sobrevivência. (ARROYO, 2005, p. 24).

Partindo dessa compreensão, buscamos nesse estudo identificar as trajetórias escolares dos sujeitos investigados partindo da ideia de que essas estão intrinsecamente relacionadas às práticas sociais e a herança cultural familiar, considerando as trajetórias individuais um conjunto de fatores que indicam os sentidos das posições sociais e o *habitus* dos sujeitos.

Apontamentos sobre o analfabetismo na história recente do Brasil

Nessa breve exposição, serão elucidadas algumas informações relevantes sobre o analfabetismo no Brasil ao longo de sua história, mas procuraremos enfatizar a situação do analfabetismo posterior ao período de abertura democrática do país, após 20 anos de regime ditatorial.

De acordo com Carvalho (1981), o período colonial foi marcado por uma grande precariedade do ensino. Os jesuítas tiveram papel de destaque no cenário educacional, pois utilizaram a educação como instrumento para a cristianização e difusão da língua portuguesa. Foram criados colégios e escolas de bê-á-bá para a instrução principal das crianças. Ainda que os jesuítas priorizassem as ações junto às crianças, os indígenas adultos também foram submetidos a uma intensa ação cultural. Contudo, o analfabetismo no Brasil tem suas origens marcadas na educação jesuítica, devido à existência de um sistema educativo excludente e legitimador de valores, crenças e cultura.

No Brasil Imperial a educação era a maior marca de distinção da elite política. Mas, é importante destacar que a partir da Constituição de 1824 foi formalizado o direito de instrução primária e gratuita para todos os cidadãos. Com o Ato Adicional de 1834 foi estabelecido que as províncias se encarregassem de organizar o ensino primário e secundário. Entretanto, as iniciativas do período permaneceram mais no plano do discurso do que de uma efetiva sistematização. A concepção do analfabeto como ignorante tornou-se ainda pior na segunda metade do século XIX, sobretudo com a Reforma Leôncio de Carvalho de 1879 que caracterizava o analfabeto como dependente e incompetente e com a Lei Saraiva de 1881 que restringiu o voto às pessoas alfabetizadas.

A exclusão e o preconceito contra as pessoas não alfabetizadas se intensificaram com a primeira Constituição Republicana de 1891, que proibiu o voto dos analfabetos e eliminou a seleção de eleitores por renda, favorecendo os interesses da elite agrária do país. “Estava estabelecida a res-publica, mas o povo, a grande população brasileira, continuava fora das decisões políticas e do acesso aos bens culturais.” (FREIRE, 1989, p. 162).

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por mobilizações e campanhas em torno da alfabetização de adultos. Em 1915, foi formalizada a primeira campanha intitulada de Liga Brasileira Contra o Analfabetismo que almejava criar condições para que todos pudessem participar do regime democrático e o poder de voto era uma das condições elementares para a democracia. Em 1924, foi fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE), responsável pela realização das Conferências Nacionais de Educação marcadas pela reflexão sobre a nova remodelação do ensino e da concepção de infância, influenciada pela psicologia, a partir de princípios da Escola Nova.

A Constituição de 1934 propôs a criação do Plano Nacional de Educação, fixado e coordenado pelo governo federal. A partir da nova Constituição o direito à educação

gratuita para todos e o dever do Estado para com a educação foram reafirmados. De acordo com Haddad e Di Pierro (2000), foi estabelecida uma série de medidas que confirmaram o movimento de entregar e cobrar do setor público a responsabilidade pelo desenvolvimento da educação.

As décadas de 1930 e 1940 apresentaram vários marcos relacionados à educação, como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, a instituição do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942, e sua regulamentação no ano de 1945. Marco importante no âmbito da educação de adultos ocorreu no ano de 1947, com a criação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) coordenada pelo Ministério da Educação, além da aprovação, no mesmo ano, do primeiro Plano Nacional de Educação Supletiva para adolescentes e adultos analfabetos.

No final da década de 1950 e início dos anos 60 ocorreu uma verdadeira revolução pedagógica na alfabetização de adultos. Muitos dos debates sobre essa temática aconteceram em 1958 no II Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro. O marco dessa revolução foi a contribuição de Paulo Freire, que propôs a renovação dos métodos educativos, elaborando uma nova concepção de alfabetização. Com uma proposta de conscientização, a educação de adultos passou a ser reconhecida como instrumento de ação política e de valorização da cultura popular. Na proposta de Paulo Freire a alfabetização deveria ser baseada na realidade dos alunos e o trabalho educativo deveria ser feito “com” e não “para” as pessoas. Os próprios materiais de estudo não poderiam ser simples adaptações daqueles utilizados com as crianças. Além disso, Freire afirmava que o problema do analfabetismo não era o único e nem o mais grave da população, referindo-se às condições de miséria em que vivia o não alfabetizado.

Muitos movimentos foram criados por meio da influência da pedagogia freiriana, muitos dos quais concentrados, em sua maioria, no Nordeste brasileiro. São exemplos dessas iniciativas o Movimento de Cultura Popular, iniciado no Recife em 1960 e a Campanha de pé no chão também se aprende iniciada em 1961 pela prefeitura de Natal. Com o objetivo de reunir os diversos movimentos envolvidos com a alfabetização de adultos, ocorreu, em 1963, o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular no Brasil. No mesmo ano Paulo Freire foi indicado para coordenar a elaboração do Plano Nacional de Alfabetização junto ao Ministério da Educação. Entretanto, a elaboração do Plano e todos os Movimentos foram interrompidos em 1964, com o Golpe Militar.

O novo regime reprimiu as práticas educativas destinadas aos interesses populares. As ações destinadas à alfabetização de adultos ficaram estagnadas até o ano de 1965, quando o governo militar direcionou as atividades de alfabetização de adultos para a Cruzada de Ação Básica Cristã, de caráter evangélico, instalada no Brasil a partir de práticas norte-americanas. Posteriormente, no ano de 1967 foi criado, pela Lei 5.379, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

No início do governo civil ocorreu a substituição do MOBRAL - fortemente criticado pela baixa qualidade do ensino - pela Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos (EDUCAR) que tinha como principal função o apoio técnico das iniciativas para a modalidade de ensino.

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal que resultou de um processo de valorização de novos direitos, com a função de contribuir para a democratização do país. A Constituição em seu artigo 208 assegurou a oferta gratuita à educação básica inclusive para todos que não tiveram acesso na idade própria.

No ano de 1990, ano internacional da Alfabetização de Adultos, ao contrário de se priorizar a alfabetização no país, ocorreu a extinção da Fundação Educar sem que nenhum outro programa fosse inserido em seu lugar. De acordo com os dados apresentados pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na década de 1990 o Brasil era um dos 12 países da América Latina com o maior índice de analfabetismo, apresentando a taxa de 20,1% da população com 15 anos ou mais que não sabia ler e escrever.

A partir da década de 1990 observou-se um importante crescimento da participação da sociedade civil na reivindicação de direitos da alfabetização de adultos, o que favoreceu o estreitamento da relação público-privado no país. Ocorreu um considerável aumento da participação de organizações não governamentais, entidades filantrópicas, grupos empresariais, movimentos sociais, entre outros, na prática do ensino da leitura e da escrita. Foi ainda nesse período, que ocorreu a implantação do Movimento de Alfabetização (MOVA) em alguns municípios, sendo criado entre os anos de 1989 e 1991 quando Paulo Freire ocupou o cargo de secretário municipal de educação na cidade de São Paulo.

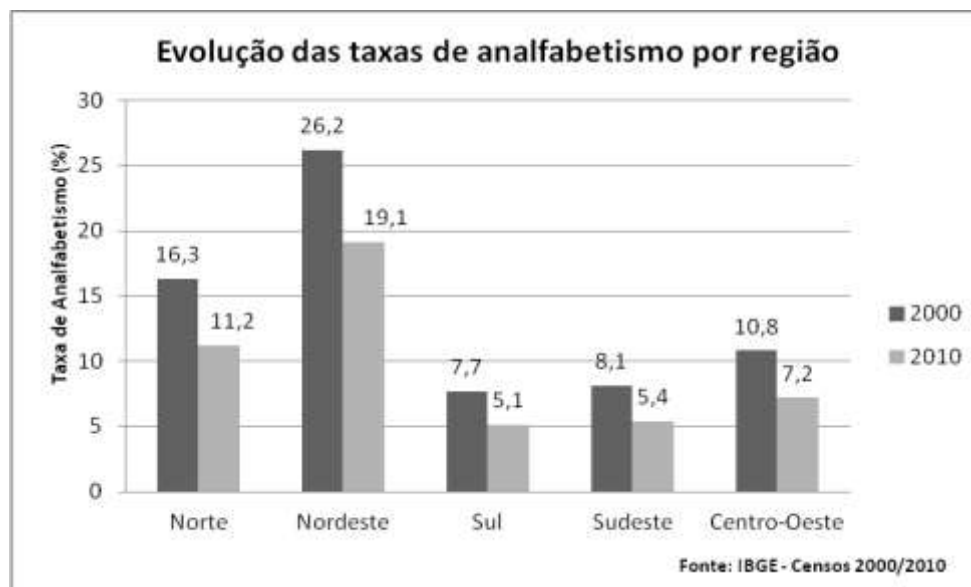
Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394 em 1996, a educação de jovens e adultos passou a ser concebida como modalidade de ensino, tendo sido tratada no Capítulo II “Da educação Básica”, na seção V “Da Educação de Jovens e Adultos” nos artigos 37 e 38. A nova Lei contribuiu para a superação do conceito de Educação Supletiva e para fortalecimento da garantia do direito à educação, mas ainda assim os avanços em relação à alfabetização de adultos foram pouco significativos.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) a educação de adultos foi apresentada como prioridade. Foi criado, no ano de 2003, o Programa Brasil Alfabetizado, definido como um programa que atenderia todas as medidas já em andamento. Com grande destaque para o trabalho voluntário, o programa tinha como meta inicial erradicar o analfabetismo em 4 anos, mas no ano de 2004 essa meta foi retirada.

Outro ponto de destaque no período foi a substituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF – 1996-2006) pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização de Profissionais da Educação (FUNDEB), sendo que uma das mudanças mais significativas foi a ampliação da abrangência do Fundo para as diversas etapas e modalidades da educação básica presencial e não mais se restringindo ao ensino fundamental. Dessa forma, a educação de jovens e adultos passou a ser contemplada com os recursos do novo Fundo.

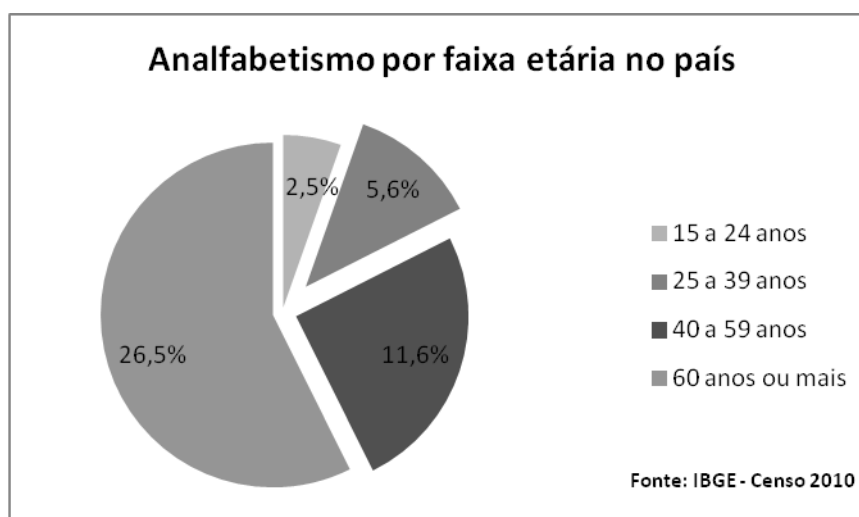
Realizando uma comparação entre os dados divulgados pelo IBGE nos Censos de 2000 e 2010, observa-se uma redução de 4 pontos percentuais na taxa de analfabetismo no Brasil das pessoas com 15 anos ou mais de idade. As taxas passaram de 13,6% em 2000 para 9,6% em 2010, o que corresponde a 13.933.173 pessoas que não sabem ler e escrever¹. Ainda de acordo com os dados, as taxas caíram de 10,2% para 7,3%, na área urbana, de 29,8% para 23,2%, na rural, de 13,8% para 9,9% entre os homens e de 13,5% para 9,3% entre as mulheres (IBGE, 2010).

O gráfico abaixo aponta a redução das taxas de analfabetismo por região entre os anos de 2000 e 2010:



Observa-se que apesar da redução das taxas serem mais representativas nas regiões norte e nordeste, essas regiões ainda apresentam índices muito elevados quando comparados aos das demais regiões do país. De acordo com os dados, o analfabetismo se concentra em maior número na região nordeste, entre os mais idosos, nas áreas rurais, nas camadas mais pobres e de cor preta e parda. Esses dados reforçam ainda mais a análise de que a exclusão escolar perpassa por condicionantes muito mais abrangentes relacionados à exclusão social, à desigualdade racial, à não democratização cultural, à problemas de moradia, entre outros inúmeros fatores que interferem diretamente nas trajetórias escolares da população.

O gráfico abaixo apresenta as taxas de analfabetismo por grupos de idade da população com 15 anos de idade ou mais:



Constata-se que o grupo de 60 anos ou mais aparece como o mais prejudicado em relação à alfabetização. Peres (2011, p. 631), realizando uma análise sobre o capitalismo industrial e o funcionalismo da escola, apresenta que: “Na verdade, a exclusão da velhice da esfera produtiva justifica a sua exclusão, também, do sistema educativo, centrado nas práticas pedagógicas de educação, voltadas exclusivamente ao jovem e à criança”. Nesse

sentido, o autor entende que o desinteresse do mercado de trabalho por esse grupo etário é um dos fatores de exclusão escolar e de contribuição para a elevação da taxa de analfabetismo no grupo indicado.

De acordo com as taxas de analfabetismo apresentadas a partir dos censos (IBGE, 2000/2010), pode-se analisar que o país está bem distante de atingir a erradicação do analfabetismo. Os índices apresentam uma redução, mas essa é ainda pouco representativa para um período de 10 anos. Os dados contrariam a máxima de que o tempo se encarregaria de solucionar o problema do analfabetismo no Brasil.

Apesar da queda no número de analfabetos absolutos, o país apresenta uma elevação preocupante em relação ao do número de analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que embora tenham frequentado uma escola são incapazes de fazer o uso cotidiano da leitura e da escrita. De acordo com a pesquisa de Haddad: “De cada 100 pessoas que saem dos programas de alfabetização, apenas seis têm continuidade em programas de educação de jovens e adultos” (2009, p. 366). Além de indicar a falta de continuidade nos estudos o problema aponta, também, a baixa eficácia do ensino ofertado.

O local da pesquisa

A pesquisa apresentada foi realizada na cidade de Araraquara, localizada na região central do estado de São Paulo. De acordo com os dados do IBGE (2010) a população estimada é de 208.745, sendo a 17ª cidade em número de habitantes e sua população urbana é representada por 90% da população total. A taxa de analfabetismo no ano 2000 era de 5,2% da população de quinze anos ou mais. Nos dados divulgados pelo IBGE (2010) a cidade reduziu essa taxa para 3,6% o que representa uma média inferior à nacional (9,6%).

O Projeto de alfabetização em que a pesquisa foi realizada foi criado em 1998 liderado por uma irmã franciscana em parceria com funcionários, pais e alunos de uma escola privada de ensino fundamental da cidade. Depois da realização de algumas reuniões de planejamentos, os voluntários passam a atuar na alfabetização de jovens e adultos da periferia da cidade e a primeira sala de aula foi doada por uma igreja.

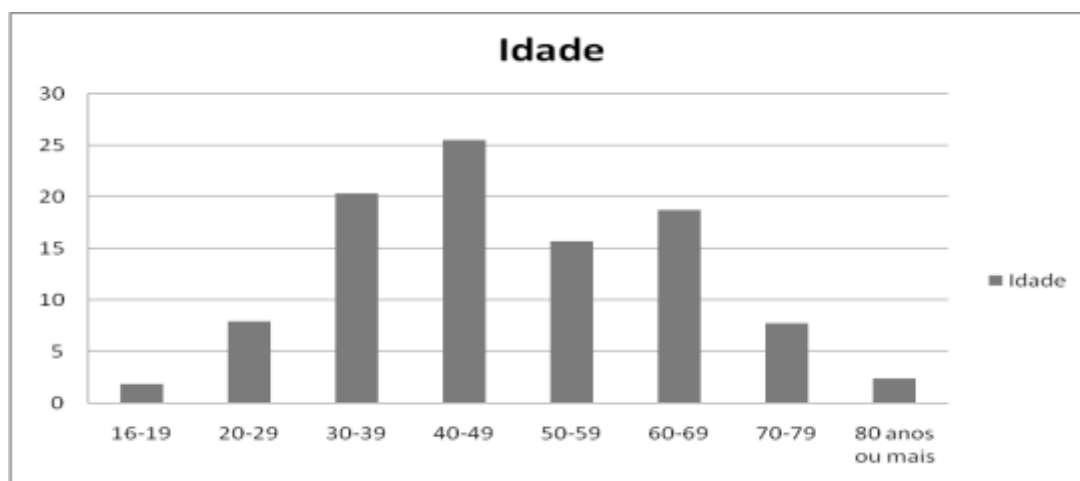
O Movimento de Alfabetização (MOVA) foi instituído na cidade pela Lei Municipal n. 5.748 de 21 de dezembro de 2001. O MOVA consiste na união entre Secretaria Municipal de Educação e movimentos populares que desenvolvem ou que venham a desenvolver experiências de alfabetização. O Movimento acabou por fortalecer, no âmbito da sociedade civil, a demanda pela alfabetização de adultos.

No ano de 2002 o MOVA foi implantado na cidade, sendo autorizada a realização de convênio entre a prefeitura municipal e iniciativas privadas. Dessa forma, e de acordo com o Plano Municipal de Educação (2004-2013), o Projeto de alfabetização começou a ser desenvolvido em parceria com o MOVA-Araraquara. A partir dessa parceria, a educação de jovens e adultos passou a fazer parte, também, das responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação.

Em 2004 o Projeto foi institucionalizado como uma Organização Não-Governamental (ONG) e passou a ser uma instituição pública e de direito privado, capaz de receber verba pública para a sua manutenção. A parceria seguiu durante os anos e, de acordo com os dados apresentados pela secretaria municipal de educação, no ano de 2010 o Projeto contava com 28 alfabetizadores voluntários e 23 núcleos de alfabetização na cidade. Tais núcleos realizam o atendimento em escolas municipais, igrejas, centros

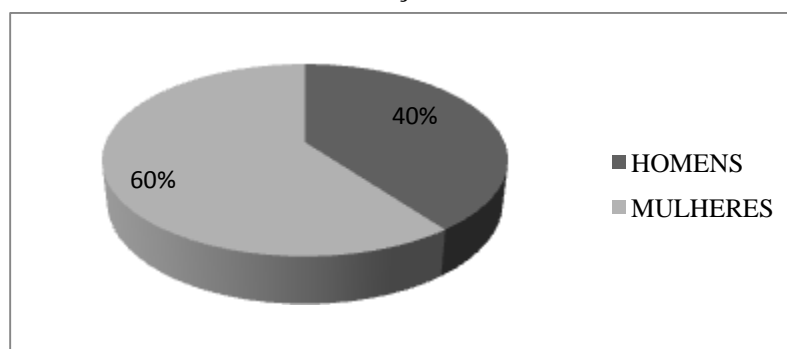
comunitários e associações de bairro. O atendimento é realizado em toda cidade, com uma maior concentração de alunos nos bairros periféricos da cidade.

Em relação ao perfil dos alunos foi possível observar, por meio das fichas de matrícula do Projeto no ano de 2009, que a maioria dos alunos são provenientes do estado de São Paulo, seguidos de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Alagoas. A maior concentração de alunos atendidos encontra-se entre 30 e 59 anos de idade. O gráfico abaixo apresenta a situação do atendimento de acordo com a faixa etária dos alunos:



Fonte: dados da secretária municipal de educação de Araraquara de 2009.

Ainda segundo o levantamento das fichas de matrícula, observou-se um número elevado de mulheres sendo atendidas em relação ao número de homens:



Fonte: dados da secretária municipal de educação de Araraquara de 2009.

As trajetórias dos alunos: resultados e discussão

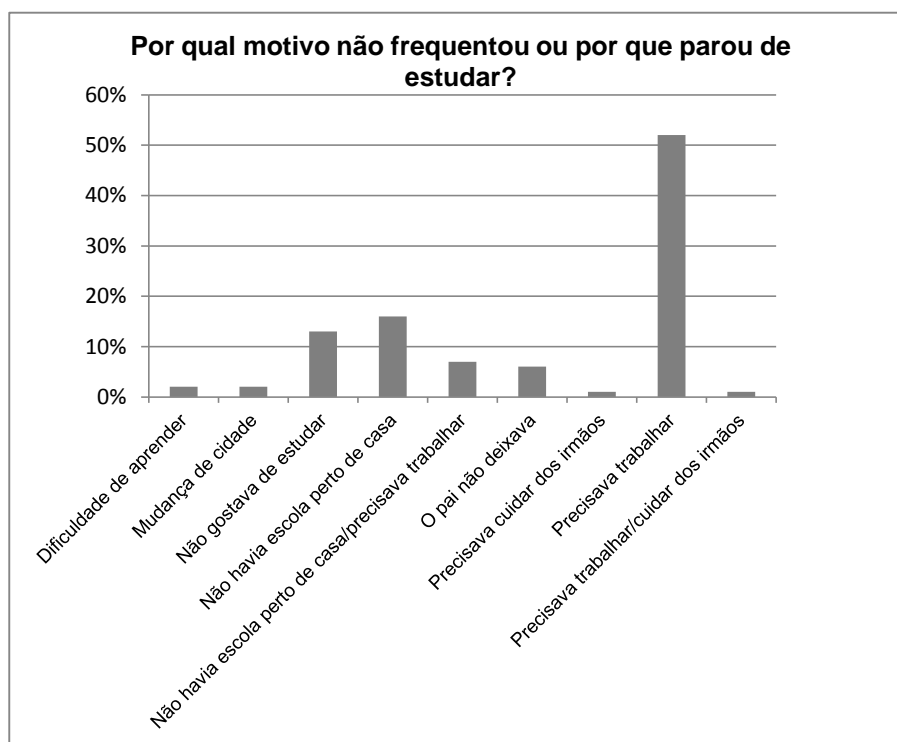
O interesse em pesquisar as relações entre os percursos escolares e os seus meios sociais de origem e pertencimento surgiu no campo da sociologia da educação a partir da década de 1960 (NOGUEIRA, 2004). Nessa fase os estudos eram pautados nas macro-relações. De acordo com Nogueira (2004), os estudos sobre as trajetórias receberam um novo enfoque em 1980, passando a contemplar a análise dos diferentes destinos escolares dos indivíduos inseridos em um mesmo grupo social. A autora destaca ainda que a partir da década de 1990 houve um crescimento dos estudos sobre as trajetórias escolares atípicas.

O investimento e as estratégias da família para com a escolarização de seus filhos podem ser observados por meio das relações estabelecidas entre a família, a escola e o mercado de trabalho. Nesse sentido, apresentaremos abaixo as trajetórias do grupo investigado destacando alguns dos aspectos relacionados à escola, à família e ao trabalho, sendo esses fatores atrelados ao *habitus* herdado na família e adquirido ao longo da socialização dos sujeitos e ainda aos capitais culturais, econômicos e sociais.

Para a realização do levantamento dos dados foram aplicados questionários compostos por 22 questões como instrumento de investigação inicial. Trabalhamos com uma amostra de 25% do material coletado, amostragem que consideramos representativa do grupo estudado, o que corresponde a 110 questionários. Após a escolha da amostra realizamos uma seleção a partir do sexo e idade dos sujeitos, dividindo-os entre as faixas de idade de 16 a 37 anos, 38 a 59 anos e 60 anos ou mais. Posteriormente, realizamos o procedimento de classificação e organização dos dados para identificar as temáticas mais frequentes buscando analisar as relações e interferências das respostas.

Em relação ao perfil dos alunos, foi possível identificar, a partir dos questionários aplicados, que 21% dos alunos possuem de 16 a 37 anos, 55% possuem de 38 a 59 anos e 24% possuem 60 anos ou mais. Do grupo 7% dos alunos declararam ser naturais da cidade de Araraquara. Com relação ao estado em que nasceram 7% são naturais de Alagoas, 14% da Bahia, 5% do Ceará, 9% de Minas Gerais, 4% Paraná, 3% Paraíba, 17% Pernambuco, 1% Piauí, 2% Rio Grande do Norte, 2% Sergipe e 36% de São Paulo.

Com o objetivo de conhecer os principais fatores que condicionaram a exclusão escolar na idade regular de ensino, identificamos, por meio dos questionários aplicados, que o principal motivo que condicionou a exclusão foi o trabalho/a necessidade de trabalhar (52%). O gráfico abaixo apresenta os principais motivos que afastaram o grupo da escola:



Fonte: Pesquisa de campo 2009 (Questionário).

A necessidade de trabalhar para auxiliar a família, a falta de escolas, a falta de condições favoráveis à inclusão dos alunos e o desprestígio da escola foram fatores que influenciaram as trajetórias escolares dos alunos em todas as faixas de idade. Nesse sentido, observamos que a demanda atual da alfabetização de adultos vem sofrendo ao longo da história da educação brasileira uma situação de exclusão que além de educacional é, também, social.

Observa-se que os fatores que condicionaram o pouco acesso à escola ou a evasão escolar do grupo estudado são diferentes quando realizamos a relação dos mesmos com a idade e sexo. Os mais jovens não sofreram tanto com a falta de prédios escolares próximos de suas residências, quando comparados ao grupo de 60 anos ou mais. As mulheres apresentam um maior índice de exclusão devido às tarefas domésticas e ao cuidado a família. A tabela abaixo mostra essas relações:

Motivos da interrupção dos estudos ou de não acesso à escola quando criança	Sexo	Sexo
	Feminino (%)	Masculino (%)
Dificuldade de aprender	3%	0%
Mudança de cidade	3%	0%
Não gostava de estudar	12%	13%
Não havia escola próxima	15%	16%
Não havia escola próxima e trabalhar	8%	7%
O pai não deixava	9%	2%
Precisa cuidar dos irmãos	2%	0%
Precisava trabalhar	46%	62%
Precisava cuidar dos irmãos e trabalhar	2%	0%

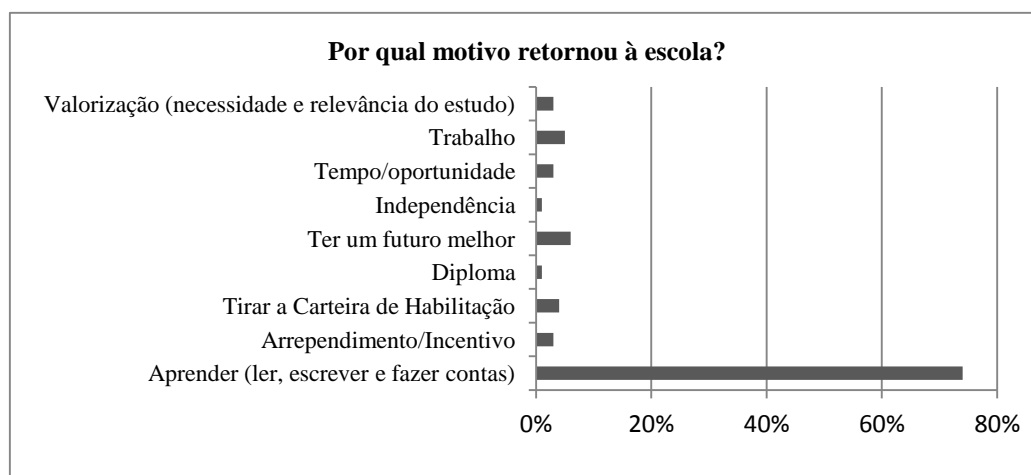
Fonte: Pesquisa de campo 2009 (Questionário).

Os fatores identificados podem representar algumas características do grupo, como falta de recursos econômicos, famílias desprovidas de capital cultural, entre outras, que confirmam que a exclusão escolar possui suas origens em inúmeros aspectos de desfavorecimento e de falta de garantia de condições igualitárias. Dessa forma, o grupo apresenta a autoeliminação do sistema escolar devido à origem social, cultural e econômica, mas, também, por vislumbrarem poucas chances de sucesso por meio da escolarização. Nas palavras de Bourdieu (2009):

[...] as disposições negativas no tocante à escola que levam a maioria das crianças das classes e frações de classe mais desfavorecidas culturalmente à auto-eliminação, como por exemplo a depreciação de si mesmo, a desvalorização da escola e de suas sanções ou a resignação ao fracasso e à exclusão, devem ser compreendidas em termos de uma antecipação fundada na estimativa inconsciente das probabilidades objetivas de êxito viáveis para o conjunto da categoria social, sanções que a escola reserva

objetivamente às classes ou frações de classes desprovidas de capital cultural. (BOURDIEU, 2009, p. 310)

O retorno do grupo à escola é marcado pela necessidade de inclusão na sociedade e para melhorar suas condições de trabalho. O gráfico abaixo ilustra, a partir das considerações dos alunos, os principais fatores que condicionaram o retorno à escola na idade adulta:



Fonte: Pesquisa de campo 2009 (Questionário).

Para a pesquisadora Nadir Zago: “a retomada dos estudos, embora com tempo de permanência na instituição bastante variável, significa que a vida escolar não foi encerrada, que há uma ou mais razões para voltar a ser aluno.” (ZAGO, 2007, p.25). Muito mais do que a inclusão social por meio da alfabetização, esses jovens e adultos ao retornarem para a escola reforçam a necessidade da garantia do direito à educação.

Em relação às influências familiares sobre as trajetórias dos alunos compreende-se que o conhecimento transmitido pela família, de forma direta ou indireta, inclui elementos que passam a fazer parte da própria subjetividade do sujeito. Na definição de Bourdieu a família é “[...] um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir.” (BOURDIEU, 2005, p. 131)

Dos alunos investigados 65% revelaram que seus pais não sabiam ler e escrever. Por meio do levantamento dos dados pode-se perceber que os alunos são provenientes de famílias numerosas, em sua maioria, provenientes de zona rural e com baixa escolarização. Dessa forma, em relação ao capital cultural, incorporado por meio de disposições duráveis, entende-se que os alunos possuem uma escassa herança cultural. O não incentivo à escolarização, devido ao distanciamento entre essas famílias e a escola, entre outros fatores, aumentaram ainda mais o distanciamento do grupo estudado com a escola.

Os dados revelam ainda que o baixo capital econômico foi um dos importantes fatores que contribuíram para a exclusão escolar dos alunos. A entrada precoce no mercado de trabalho devido à necessidade de auxiliar a família economicamente e também ao fato de dispor de poucos recursos para a compra de material escolar, entre outros, dificultaram as trajetórias de escolarização desses sujeitos.

Os fatores relacionados ao trabalho também desempenham uma ligação direta com a exclusão escolar dos alunos. De acordo com as considerações de Bourdieu, a conciliação

entre trabalho e estudo não impede a continuidade dos estudos, mas pode tornar a relação mais problemática. As trajetórias profissionais dos alunos apresentam uma entrada precoce no mercado de trabalho, em ocupações precárias, não qualificadas e de baixa remuneração. A tabela abaixo destaca a ocupação atual dos alunos:

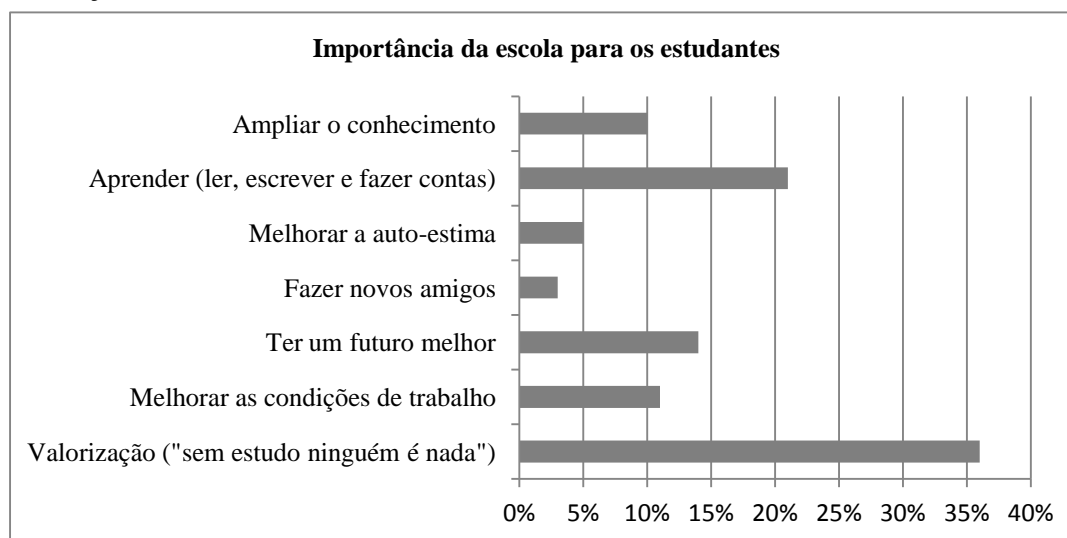
Ocupação	Porcentagem
Aposentado	5%
Auxiliar de Limpeza	3%
Cozinheira	3%
Do Lar	22%
Doméstica	16%
Jardineiro	4%
Pedreiro	6%
Pensionista	3%
Pintor	3%
Serviços Gerais	4%
Outros	31%

Fonte: Pesquisa de campo 2009 (Questionário).

O grupo estudado não possui qualificação profissional e, devido à baixa escolarização e por não dominarem os instrumentos de leitura e escrita, acabam sendo excluídos, também, do mercado formal de trabalho. As trajetórias profissionais apresentam uma divisão de classe social, pois o grupo estudado ocupa posições de baixa remuneração e de precárias condições de trabalho. O trabalho, também na idade adulta, é um dos grandes condicionantes da exclusão escolar. Conciliar estudo e trabalho foi e ainda é um dos grandes desafios enfrentados por esses sujeitos.

Os dados revelam que o retorno aos estudos está atrelado, de modo geral, à expectativa de melhorar as condições de trabalho. A valorização aos estudos e à escola se intensificou ao longo das trajetórias de exclusão dos alunos. No retorno à escola o grupo passa a ver o conhecimento escolar como uma “tábua de salvação” e lamenta o fato de não ter concluído os estudos quando mais jovens.

As necessidades e preconceitos sofridos pelos alunos pelo fato de possuírem uma baixa escolaridade faz com que ocorra, na idade adulta, uma maior valorização do conhecimento escolar. O gráfico abaixo ilustra a valorização atual dos alunos sobre a escolarização:



Fonte: Pesquisa de campo 2009 (Questionário).

A relevância dos estudos para esse grupo é condicionada, principalmente, pela necessidade de inclusão social, pois foi possível identificar por meio do levantamento realizado o sentimento de exclusão social gerado devido à baixa escolaridade dos mesmos ou por não dominarem os instrumentos necessários de leitura e de escrita. Os indicadores são carregados de elementos simbólicos que revelam o lugar ocupado por esses sujeitos na estrutura social e a marginalização sofrida devido à baixa instrução.

Considerações finais

O grupo estudado apresenta trajetórias escolares descontínuas indicadoras de uma tensão que ocorre desde a infância. Diante do conhecimento das trajetórias dos sujeitos investigados podemos concluir que essas são marcadas pela exclusão social, reprovação e evasão escolar, pelo abandono escolar precoce, vulnerabilidade social e material, inserção precoce no mercado de trabalho, baixa escolaridade dos pais, falta de instituições escolares e o despreparo dos sistemas de ensino para incluir a demanda de alunos. Nesse sentido, observa-se a forte correlação entre as desigualdades escolares e sociais.

Os novos índices sobre o analfabetismo alertam para uma nova forma de exclusão escolar, não mais relacionada ao problema de acesso à escola, mas à baixa qualidade do ensino. A melhora qualitativa no acesso à educação não garante, concomitantemente, a qualidade da educação ofertada. Observa-se que a educação de jovens e adultos, aqui delimitada no campo da alfabetização, vem sendo oferecida a partir de programas compensatórios e de ação aligeirada, que pouco contribuem para uma solução efetiva do problema.

A reprodução desse processo pode ser representada pelo caráter voluntário e assistencialista que envolve a educação de adultos em todo o país. Nas palavras de Nogueira e Catani: “A escola segue pois excluindo mas hoje ela o faz de modo bem mais dissimulado, conservando em seu interior os excluídos, postergando sua eliminação, e reservando a eles os setores mais desvalorizados” (NOGUEIRA; CATANI, 1998, p. 13).

A partir das reflexões iniciadas nesse trabalho, esperamos contribuir para novas reflexões sobre a alfabetização de jovens e adultos no Brasil e chamar a atenção para a nova forma de exclusão escolar que vem ocorrendo nos últimos anos, não se tratando mais da exclusão do acesso, mas da exclusão da permanência na escola e da garantia de um ensino de qualidade.

Referências

ARARAQUARA. *Lei nº 5.748*, de 21/12/2001. Institui o MOVA.

_____. **Plano Municipal de Educação**. 2004-2013.

ARROYO, M.G.: Um campo de direitos e responsabilidade pública. In: Soares, L. J. G.; GIOVANETTI, M.; GOMES, N. L. **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. P. 19-50.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 9394, de 23 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996.

BOURDIEU, Pierre. 1930-2002. **Sociologia**. Renato Ortiz (Org.). Paula Monteiro (Trad.). 2 ed. São Paulo: Ática, 1994.

_____, P. Os três estados do capital cultural. Magali de Castro (trad.) In.: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 71-79.

_____, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Mariza Correa (Trad.). 7 ed. Campinas: Papirus, 2005. 224 p.

_____, P. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sergio Miceli. – São Paulo: Perspectiva 2009.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1981.

FREIRE, A. M. **Analfabetismo no Brasil**. São Paulo/Brasília: Cortez/Inep, 1989.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Aprendizagem de Jovens e Adultos**: avaliação da década da educação para todos. São Paulo em Perspectiva, 14 (1) 2000.

HADDAD, Sérgio. A participação da sociedade civil brasileira na Educação de Jovens e Adultos e na CONFINTEA VI. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 41 maio/junho 2009.

IBGE. Censo de 2000 e 2010.

NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A.. Uma sociologia da produção do mundo cultural e escolar. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. M. (Org). **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 7-15

NOGUEIRA, M. A. Favorecimento econômico e excelência escolar: um mito em questão. **Revista Brasileira de Educação**. Maio/Jun/Jul/Ago 2004.

PERES, M. A. de C. Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 26, Número 3, Setembro/Dezembro 2011.

WACQUANT, L. Esclarecer o Habitus. **Educação e Linguagem**. São Bernardo do Campo, ano 10, n. 16, p. 63-71, jul/dez/2007.

ZAGO, N. Prolongamento da escolarização nos meios populares e as novas formas de desigualdades educacionais. In: **Sociologia da Educação**: pesquisa e realidade brasileira. PAIXÃO, L.; Zago, N. (orgs.). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.-. (Coleção Ciências Sociais da Educação).

Notas:

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE-UFSCar). *E-mail*: mpmonica@ig.com.br

**Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Federal de São Carlos (PPGE-UFSCar) e UNINOVE. *E-mail*: Ester@ufscar.br

ⁱ Ressalta-se que no estudo é considerada alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples.

Recebido em fevereiro/13

Aprovado em setembro/13